

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA PARA A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE BRASILEIRA

Diana Lemes **Ferreira** – UFPA

Mariza Felipe **Assunção** – UFPA

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira, bem como no modo de produção capitalista, em especial nas relações de produção e no processo de trabalho, em função da introdução de novas tecnologias, passaram a exigir do trabalhador um perfil multifuncional, demandando uma educação que possa atender a essa nova conjuntura ocupacional. A qualificação desse trabalhador fica vinculada a um conjunto de habilidades e competências que o torne mais competitivo e capaz de maior empregabilidade.

Estas transformações delineiam um ‘novo’ papel para a Escola, a qual tem sido responsabilizada pelo insucesso escolar, pelo despreparo dos alunos ao término dos estudos, pela desvinculação dos conteúdos ensinados e das novas demandas oriundas do mundo do trabalho assentado no paradigma informacional (MAUÉS, 2003, p.3). Neste contexto os professores, também se tornam alvos de críticas, principalmente no que se refere à sua formação, que é apontada como muito ‘teórica’, desvinculada das demandas da sociedade.

As políticas educacionais que passam a ser estabelecidas a partir do contexto de uma nova morfologia do trabalho dão maior ênfase à formação dos professores, tendo em vista o papel que estes profissionais podem desempenhar como agentes fundamentais, protagonistas, na materialização dessas políticas. Neste sentido, a formação docente tem sido destacada como um dos pontos centrais para o “sucesso” das mudanças em curso.

Alguns movimentos sociais e entidades acadêmicas ligados à educação e à formação docente, dentre eles a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE, Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação – ANPEd, têm propiciado debates teóricos e políticos, que evidenciam que as políticas públicas de formação docente foram construídas, historicamente, pelos gestores da política educacional brasileira, a partir da identificação das insuficiências e/ou deficiências da educação formal, associadas ao papel e função do professor; atribuindo a estes a responsabilidade dos problemas da educação. Referendando assim o individualismo e uma educação que atende aos apelos do mercado e dos objetivos e metas dos organismos internacionais.

Dentre estes, destacaremos neste estudo o papel que o Banco Mundial (BM) tem desempenhado nas configurações das políticas educacionais brasileiras, em especial, a política de formação docente enfatizando, neste texto, sua concepção e ênfase para Educação à Distância. Assim sendo, realizamos um estudo bibliográfico e documental, que objetivou analisar a política de formação docente brasileira à luz das orientações do BM.

O referido Banco determina que a qualidade do Ensino depende da presença de alguns fatores determinantes para um processo mais efetivo de aprendizagem. Dentre estes, prioriza três: o aumento do tempo de instrução, a melhoria do livro didático e a capacitação dos docentes. A partir de análises de documentos do BM e estudos de Torres (1996) destacamos que o referido Banco indica a modalidade Educação à Distância tanto para Formação Inicial quanto para Formação Continuada.

Segundo Belloni (2006), em estudos feitos a partir de O. Peters (1983) os paradigmas econômicos que constituíram a transformação histórica que o modo de produção capitalista vem sofrendo a exemplo do Fordismo e Pós Fordismo deram origem ao surgimento da Educação a Distância:

O modelo de EAD tem sido identificado com os modelos fordistas de produção industrial por apresentar as seguintes características: racionalização, divisão acentuada do trabalho, alto controle dos processos de trabalho, **produção de massa de “pacotes educacionais”**, concentração e centralização da produção, burocratização [...] os aspectos negativos são: desqualificação dos quadros acadêmicos e técnicos das instituições (“alienados” em processos de trabalho fragmentados e estandardizados), **desumanização do ensino** com a mediatização e a **burocratização das tarefas de ensino e aprendizagem.** (p.18) (grifos nossos)

Belloni (op cit) aponta que o Estudo de O. Peters teve por base as Universidades Abertas da Europa e sofreu severas críticas de analistas ligados às universidades da Austrália e dos Estados Unidos. No que se refere aos princípios teóricos que pautam a EAD, a autora afirma que os modelos de Aprendizagem Aberta (AA), buscam inspiração nos paradigmas econômicos e na sociologia industrial. (p.19), e é no campo da AA que a EAD encontra terreno fértil para seu pleno desenvolvimento.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) as bases legais da EAD foram estabelecidas, sendo regulamentada nos anos 1990 e na última década totalmente institucionalizada. No Brasil a EAD, se concretiza através de experiências na pós-graduação, inicialmente em cursos de Especialização, e a partir de 2003, se faz presente no cenário da educação pública brasileira em cursos de graduação.

A institucionalização da política de formação superior via EAD se materializa a partir do Programa Pró-licenciatura e da criação da Universidade Aberta (Decreto nº 5.622/05), esta última enquanto um programa do Ministério da Educação, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, que tem como prioridade a capacitação de professores da educação básica. Seu objetivo é estimular a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior. Esse sistema é formado por instituições públicas de ensino superior, as quais se comprometem a levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros. Há um reconhecimento de que o sistema UAB tem seu valor quando rompe com os cursos de licenciatura de curta duração que se espalharam pelo país, mas FREITAS (2007) evidencia o caráter prioritário dado a EAD a partir do surgimento da UAB. A autora ao analisar a política de formação docente, chama atenção de que no interior dos programas de EAD, está posta a secundarização do conhecimento teórico, a negação dos fundamentos epistemológicos, a valorização da epistemologia da prática e da lógica das competências. (p.1211), solidificando a desigualdade na formação de professores que se reproduz ao longo da história da educação nesse país, revelado pela redução de investimento público na educação, uma vez que o Estado Mínimo é incapaz de promover o alargamento de uma educação superior presencial e qualificar a própria formação docente.

Apontamos que o BM preconiza que a política de formação docente deve potencializar a EAD em detrimento da modalidade de Educação Presencial, diante da relação custo - benefício. No entanto, TORRES (op cit.) nos aponta duas questões: a) A fascinação com a tecnologia, a qual pode ser mal utilizada e mal aproveitada. O que se referenda nas defesas que a ANFOPE (1998) faz sobre esta questão quando pondera que a tecnologia não pode ser vista como um valor em si mesmo, mas como o sentido de totalidade de homem e de uma educação sustentada na realidade. b) A EAD pode reproduzir o modelo de ensino tradicional de mera transmissão de conhecimentos. Há uma ênfase nos conteúdos que reforça o Modelo Educativo Convencional, no qual a Educação é vista como um processo de transmissão, assimilação e acumulação de informação/conteúdos, proporcionados por um professor e um livro didático, ao invés de um processo de construção e apropriação de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que acontece não somente na Escola, nem apenas a partir do professor e/ou do livro, onde a Educação baseia-se em um modelo frontal e transmissor de Ensino, em que ensinar equivale a falar, e aprender equivale a escutar. Nesta perspectiva o Ensino está centrado na figura do professor, voltando-se para o que é externo ao aluno: as

disciplinas, o conteúdo, o professor e o programa. Não se dá importância para o processo e sim para o produto final.

Sobre esta questão a ANFOPE aponta uma preocupação em relação à utilização indiscriminada da modalidade Educação à Distância na Formação dos Profissionais da Educação. A entidade tem reafirmado que os programas de Educação à Distância para a Formação de Professores deverão, sempre que possível, ser suplementares e antecedidos pela Formação Inicial de Professores e quanto ao uso de novas tecnologias de comunicação e informação, afirma que:

A Educação à Distância necessita de uma estrutura básica consistente tecnologicamente, além de profissionais capazes de elaborar o material impresso ou eletrônico que chegará até os alunos. Assim, bibliotecas, computadores, salas de multimeios, diferentes *softwares* são algumas exigências fundamentais para cursos de EaD. Portanto, se bons, não baratos. Somado a isso, os tutores ou monitores devem ser professores que dominem a metodologia e os conteúdos para que estabeleçam uma mediação competente junto aos alunos. (ANFOPE, 2002, p.29)

Segundo a ANFOPE (2002) os cursos de formação de EAD no Brasil contrariam todos os requisitos citados e acabam por se configurar como uma forma de aligeirar e baratear a formação. Pois a Educação à Distância, no Brasil, tende a ser pensada mais como uma política compensatória, que visa suprir a ausência de oferta de cursos regulares a uma determinada clientela, sendo dirigida a segmentos populacionais historicamente já afastados da Rede Pública de Educação Superior. A ANFOPE também se posiciona preocupada com a gravidade da situação da formação dos professores, principalmente quanto ao grande número de professores leigos, o que tem levado o Ministério da Educação a propor ações articuladas com as Secretarias de Educação Estaduais/Municipais no sentido de formar devidamente os professores leigos. No entanto, a Associação defende uma política de reforço às Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas para que as mesmas tenham condições de promover uma expansão qualificada do Ensino Superior.

Aproximações conclusivas

O estudo bibliográfico realizado até aqui aponta que a EAD tende a reproduzir o modelo de ensino tradicional de mera transmissão de conhecimentos em que a Educação é vista como transmissão, assimilação e acumulação de informação/conteúdos, viabilizados por um professor/tutor e estudos dirigidos, negando o processo de

construção e apropriação de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que acontece nas relações internas e externas à Escola. Delineando então, um modelo frontal e transmissor de Ensino, em que ensinar equivale a falar/receber informações e conteúdos; e aprender equivale a escutar/assimilar os mesmos.

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Documento Final do XI Encontro Nacional**. Florianópolis, 2002

BANCO MUNDIAL. Prioridades e estratégias para a educação. Um estudo do Banco Mundial. Washhinton, 1995.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. Campinas:SP, Editora Autores Associados, 2006.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FREITAS, H. C. L. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Revisa Educação & Sociedade**. CEDES, VOL.28, N. 100 – Especial, pp.1203-1230, outubro de 2007.

MAUÉS, Olgaíses. Os organismos Internacionais e as Políticas Educacionais no Brasil. In GONÇALVES, L.A.O. (org). **Currículo e Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. IN: TOMMASI, Livia. (org) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

www.uab.mec.gov.br. Acesso 02/09/2008